

FH anuncia fim da

Em almoço com tucanos, presidente diz que acabam TR e Ufir e salários serão livremente negociados

**RIBAMAR OLIVEIRA
e CLÁUDIA CARNEIRO**

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem, pela primeira vez, que o governo vai promover uma ampla desindexação da economia a partir de 1º de julho. A indexação é a correção automática de salários, preços e contratos pela inflação passada. Em almoço com a bancada do PSDB na Câmara, Fernando Henrique disse: "Vamos acabar com a TR (Taxa Referencial) e a Ufir (Unidade Fiscal de Referência)", segundo relato feito pelo deputado Luis Carlos Hauly (PSDB-PR).

A desindexação total da economia, a partir do segundo ano do real, está em estudo pela equipe desde o início do ano. A tese, defendida pelo ex-presidente do Banco Central, ainda não tinha o consenso nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Pelas declarações de FH, a decisão já foi tomada pelo governo.

O presidente defendeu a livre negociação salarial entre patrões e empregados, mas garantiu que o salário mínimo "continuará protegido" pelo governo, inclusive com uma política de aumentos reais. O presidente informou que a desindexação atingirá os demais contratos da economia e o mercado financeiro. Para mostrar o que significa esse processo, o presidente citou o recente acordo fechado com a bancada ruralista, que fixou os juros do crédito de custeio da safra 95/96 em 16% ao ano. Para os novos financiamentos rurais, a TR já não existe.

FH explicou que a desindexação é fundamental, daqui para a frente, para a sobrevivência do Plano Real e o combate à inflação. "Ficam falando contra os juros, mas esquecem que é preciso desindexar a economia para reduzir as taxas", explicou Cardoso. "Não se consegue liquidar com a inflação para valer sem desindexar a economia", acrescentou.

Os deputados Luiz Carlos Hauly e

o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal, saíram convencidos de que o governo caminha para uma política de juros prefixados, sem um sistema de correção monetária automática das aplicações, como ocorre hoje por meio da TR. "Teremos taxas livremente arbitradas pelo mercado como existe nos países desenvolvidos e mesmo em países emergentes, como Taiwan", disse o líder José Aníbal.

No caso da livre negociação salarial, FH comprometeu-se apenas com a proteção do salário mínimo. Alguns líderes de partidos aliados do governo defendem uma proteção para quem ganha até três salários mínimos.

O presidente convocou o seu partido a apoiar a desindexação da economia, que será proposta ao Congresso por meio de medida provisória até o final deste mês. Uma nova reunião com os parlamentares do PSDB, unicamente para discutir a questão da desindexação, será realizada na próxima semana. O almoço

de ontem foi oferecido pelos deputados do PSDB ao presidente numa residência alugada pelo partido.



SALÁRIO
MÍNIMO
CONTINUARÁ
PROTEGIDO

CUT — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiu ontem que defenderá uma política salarial flexível. A bandeira do reajuste mensal de salários foi derrotada ontem, em reunião de 13 secretários da entidade, em favor da pro-

posta do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoini, que prevê reajuste conforme o patamar de inflação.

A CUT aceitará reajuste anual de salários desde que a inflação mensal não seja superior a 0,5% (ou 6,17% ao ano). Semestral caso a inflação oscile entre 0,51% a 1% (12,68% ao ano). Trimestral se o custo de vida subir entre 1,1% e 2% (26,82%). E mensal se for superior a 2%. A proposta ainda deve ser avaliada pelos sindicatos filiados.

É a primeira vez que a CUT abre mão da indexação mensal de salários. O Estado antecipou domingo a proposta de Berzoini e a tendência da direção de aprovar a flexibilidade para mostrar para a população que deseja inflação baixa.

■ Colaborou Lílilana Pinheiro, de São Paulo

RTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 1995
ESTADO DE SÃO PAULO
14 JUN 1995
indexação em 1º de julho